

Elementos para uma análise grafemática de tempos pretéritos: uma experiência metodológica aplicada a um manuscrito oitocentista

Elements for a graphematic analysis of past tenses: a methodological experience applied to a 19th century manuscript

Adilson Silva¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência metodológica, pautada no estudo grafemático da representação dos fonemas /z/, /s/ e /ʃ/, a partir da edição semidiplomática do Livro de Razão do Campo Seco, manuscrito produzido entre 1794 e 1838, por três pessoas da família Pinheiro Canguçu (Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro Pinto e Miguel Joaquim de Castro Mirante²) em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado. Para tanto, caracterizamos, brevemente, o manuscrito, definindo-o, destacando o suporte material e o perfil dos principais scriptores - Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro Pinto. Em seguida, demonstramos como o conhecimento da história da ortografia portuguesa e o conjunto de evidências metalinguísticas da época do documento, além da identificação do grau de escolarização dos scriptores, são fatores essenciais para a análise grafemática de tempos pretéritos. Os resultados obtidos revelam que os *scriptores* do Campo Seco espelham no Livro de Razão uma produção gráfica semelhante ao que circulava nos jornais, dicionários e cartas de letrados ilustres consultados. Os dados reforçam a hipótese de ortografia pendular defendida por Barbosa (1999) e descontroem a ideia de que os senhores o Campo Seco tinham pouca escolarização, já que possuíam pouco conhecimento linguístico, conforme Santos Filho (2012).

Palavras-chave: Experiência metodológica. Estudo grafemático. Livro de Razão. Evidências metalinguística. Ortografia pendular.

Abstract: This article aims to present a methodological experience, based on the graphematic study of the representation of the phonemes /z/, /s/ and /ʃ/, based on the semidiplomatic edition of the Livro de Razão do Campo Seco, a manuscript produced between 1794 and 1838, by three members of the Pinheiro Canguçu family (Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro Pinto and Miguel Joaquim de Castro Mirante) in Bom Jesus dos Meiras, present-day Brumado. For that, we briefly characterize the manuscript, defining it, highlighting the material support and the profile of the main writers - Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro Pinto. Then, we demonstrate how knowledge of the history of Portuguese orthography and the set of metalinguistic evidence from the time of the document, in addition to identifying the level of schooling of the scriptores, are essential factors for the graphematic analysis of past tenses. The results obtained reveal that the Campo Seco writers mirror in the Livro de Razão a graphic production similar to that circulated in the newspapers, dictionaries and letters of illustrious scholars consulted. The data reinforce the hypothesis of pendular spelling defended by Barbosa (1999) and contradict the idea that the people of Campo Seco had little schooling, since they had little linguistic knowledge, according to Santos Filho (2012).

Keywords: Methodological experience. Graphematic study. Book of Reason. Metalinguistic evidence. pendular spelling.

1 PRELIMINARES

¹ Universidade Federal da Bahia. E-mail: adilsonsji@ufba.br.

² Mencionamos o scriptor Miguel Joaquim de Castro Mirante, pois ele escreve uma frase na última página do Livro de Razão, entretanto, por possuir uma produção gráfica insuficiente, o estudo será pautado apenas nos dois principais scriptores – Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio José Pinheiro Pinto – pai e filho, respectivamente.

Santos Filho (2012), ao se debruçar sobre a documentação do Sobrado do Campo Seco, afirma que os *scriptores* do Livro de Razão tinham poucos conhecimentos linguísticos em virtude das variações grafemáticas encontradas no livro. Entretanto, ao se trabalhar com um manuscrito de outra sincronia, precisamos entender tais manifestações gráficas como fonte de informações para a compreensão dos usos sociais da escrita em uma determinada época. Ao destacar os usos sociais da escrita, acreditamos que, através dos produtos gráficos em um determinado manuscrito, é possível vislumbrar as diferentes convenções de escrita vigentes em cada período, para que sejam evitadas constatações equivocadas.

Nesse sentido, explica Marquilhas (2000, p. 230) que “antes de submeter qualquer texto a uma análise gráfica é importante definir bem o que se entende por escrita e ortografia”. Em outras palavras, o que a referida autora ensina é que não se deve olhar para textos do passado a partir de normas ortográficas da atualidade, pois a análise fica enviesada e, como uma das consequências, por exemplo, neutraliza a variação da língua de tempos idos, que só pode ser observada através do estudo desses textos.

A língua escrita, ainda de acordo com Marquilhas (2000), é constituída por duas vertentes: a abstrata, que se relaciona à aquisição; e a ortográfica, que tem o caráter institucional e, portanto, determina a uniformidade. Porém, é a própria Rita Marquilhas que informa que “A ortografia uniforme da língua portuguesa é republicana” (MARQUILHAS, 2000, p. 233).

Sendo assim, a pluriortografia identificada nos documentos oficiais e manuscritos de séculos passados não deve ser vista como falta de rigor ortográfico dos *scriptores*. Para Barbosa (2008, p.196), “Haver mais de uma grafia nos manuscritos coloniais em função da pluriortografia – e não uma única como hoje – não é falta de rigor, é uma diferença na história social da cultura escrita.” É justamente nessa diferença que percebemos o reflexo social do emprego da língua no que se refere aos grafismos não pronunciados, ou seja, variações gráficas que não indicam possíveis reflexos da oralidade (BARBOSA, 2008, p. 195) e às variações grafofonéticas, isto é, os indícios de marca de oralidade presentes na escrita.

Discutidas essas questões, o presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência metodológica aplicada durante a edição do Livro de Razão do Campo Seco (SILVA, 2021), manuscrito oriundo de Bom Jesus dos Meiras, atual município de Brumado, produzido entre o final do século XVIII (1794) e metade do segundo quartel do século XIX (1838), por três pessoas da mesma família: Antônio Pinheiro Pinto, 2º Senhor do Campo Seco; seu filho, Inocêncio Pinheiro Pinto³; e, mais tarde, Miguel Joaquim de Castro Mirante, genro de Inocêncio. Trata-se de um manuscrito composto por 195 folhas, que mede 30,5 centímetros de altura por 21 centímetros de largura, conforme Santos Filho (2012, p. 110). Esse valioso testemunho está sob a guarda de

³ O nome de batismo do *scriptor* era Inocêncio José Pinheiro Pinto, porém ele mudou o sobrenome de “Pinto” para “Canguçu”, em 1830, no período Imperial do Brasil, como uma forma de suprimir o nome de origem portuguesa.

Lycurgo dos Santos Neto, filho de Lycurgo dos Santos Filho, que recebeu os livros de Marieta Betim Pais Leme Canguçu, em Campinas, e Hermengarda Fraga Canguçu, em Bauru, as viúvas, respectivamente, de Artur Gutierrez Canguçu e Inocêncio Canguçu, os netos de Exupério Pinheiro Canguçu, falecido em 1900, o último senhor do Brejo do Campo Seco (SANTOS FILHO, 2012, p. x).

A leitura de manuais de paleografia, além da consulta a trabalhos de grupos de pesquisas consolidados na área como, por exemplo, o *Nova Studia Philológica*, grupo liderado pela professora Dra. Célia Marques Telles, sediado na Universidade Federal da Bahia e, principalmente, as normas do PHPB deram base aos critérios usados na edição semidiplomática do manuscrito do Campo Seco.

2 DA DESCRIÇÃO MATERIAL DO LIVRO DE RAZÃO AO PERFIL DOS SCRIPTORES

Para dar conta da história do objeto, elaborou-se a configuração das características formais do documento, elencadas no quadro 1.

Quadro -1: Características formais do Livro de Razão

Elementos	Descrição
Capa	Capas de papelão cobertas com um tecido pardo grosso. Na parte frontal inferior esquerda e direita, o fixador do tecido perdeu a aderência. O processo se repete na parte superior e nas extremidades, enquanto, na lombada, há o desaparecimento quase total do tecido;
Páginas	Presença de linhas indicando que as páginas foram costuradas. As páginas estão numeradas e rubricadas, frente e verso, até a página 122, por Antônio Pinheiro Pinto, assim: páginas ímpares têm a rubrica e a numeração no ângulo superior direito, enquanto páginas pares apresentam apenas a numeração no ângulo superior esquerdo.
Termo de abertura	Antônio Pinheiro faz a abertura assim: “Livro dos aSentos eRol dos que/ Medevem”. Do mesmo modo, há a identificação do titular responsável: “Este Livro he deAntonio Pinheiro Pinto” (linha 7); a nomeação do Livro: “Xamado Livro de Razão que consta dos/ meus Asen tos e Clarezas, seguidos da assinatura e ano “Antonio Pinheyro Pinto/ 1795”. Inocêncio Pinheiro Canguçu em 1822: “ Dou principio a 27 de Dezembro de 1822”
Termo de encerramento	Miguel Joaquim de Castro Mirante: “Visto e Revisto que dou ao Fougo”
Papel usado	Declara Santos Filho (2012, p. 112) que é um artigo resistente e grosso, de superfície pouco polida, com linhas translúcidas deixadas pelo arame das formas usadas no fabrico do papel. Evidencia-se, para além das descrições de Santos Filho, que se trata de um papel de cor pardecenta, cujas linhas e a marca d’água não podem mais ser vistas sem o auxílio de recursos de ampliação da imagem.
Tinta utilizada	Tinta preparada com extratos de vegetais de coloração preta ou vermelha. A ação do tempo provocou, em certas folhas, a alteração da cor original para tons marrons e alaranjados.

Condições do suporte	Há um agravamento significativo em alguns fólios em virtude de manchas causadas pela umidade, provocando o desaparecimento da escrita ou dificultando a leitura. É possível notar ainda ataques de insetos, manchas escuras, clareamento da tinta, manchas oriundas do excesso de tinta da página anterior e desgaste do suporte.
Pena	O tipo de pena utilizada pelos <i>scriptores</i> do Brejo do Campo Seco foi, segundo Santos Filho (2012, p. 111), a pena de aves, principalmente a de ganso, justamente porque eram mais flexíveis e deslizavam mais facilmente sobre a superfície do papel grosso sem borrá-lo.
Estrutura do texto	Não há apenas um modelo para registrar os assentamentos. As anotações são feitas em uma única lista ou em duas colunas e de forma mista ao longo da página. Nem todos os lançamentos apresentam a data. Em alguns casos, há a informação de saldo devedor ou de crédito. Também não havia um padrão para registrar os produtos. Na mesma página em que se anotava a dívida por compras de produtos como rapadura, farinha e carne, há notícias sobre empréstimos, venda de algodão, pregos, pano, chapéu, foice, etc.

Fonte: Produzido pelo autor

Para além das características composicionais do suporte, extraímos as informações sobre o conteúdo contido nele. Os dados identificados estão organizados no Quadro 2.

Quadro – 2: Sobre o conteúdo e o contexto de produção do Livro de Razão

Quem escreveu?	Antônio Pinheiro Pinto	Inocêncio Pinheiro Canguçu
O que escreveu?	Anotações contábeis, receitas médicas, negócios com escravos, familiares e fazendeiros da região, desastres climáticos, doações, informações sobre agricultura e pecuária.	Anotações contábeis, negócios com fazendeiros da região e com familiares, informações sobre agricultura e pecuária, demarcações de terras.
Quando escreveu?	Em diferentes datas entre 1795 e 1822.	Em diferentes datas entre 1822 e 1838, porém com datas bem espaçadas.
Onde escreveu?	Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado.	Bom Jesus dos Meiras, atual Brumado.
Como escreveu?	Pena, tinta, papel.	Pena, tinta, papel.
Para que escreveu?	Registrar dívidas, débitos e créditos referentes às transações comerciais realizadas na fazenda, guardar informações diversas.	Registrar dívidas, débitos e créditos referentes às transações comerciais realizadas na fazenda.

Fonte: Produzido pelo autor.

O processo de escolarização dos fazendeiros indicados, localizado nos registros no Livro contábil da fazenda, apontou a existência de uma escolarização privada no sertão da Bahia. A investigação, lastreada por consultas a outras fontes documentais e bibliográficas, confirmou que os senhores do Campo Seco tiveram acesso às primeiras letras e outros estudos com o auxílio de professores contratados para instruí-los na fazenda. As informações encontradas sobre esse aspecto estão expostas no Quadro 3 a seguir.

Quadro - 3: Processo de escolarização no Campo Seco

	Antônio Pinheiro Pinto	Inocêncio Pinheiro Canguçu
Período em que se teve acesso à competência gráfica.	Ao que tudo indica, Antônio Pinheiro Pinto facultou ao filho os “conhecimentos então em voga e ministrados à maioria dos jovens estudantes: ler, escrever, contar, rudimentos de religião e latim (SANTOS FILHO, 2012).	Dois professores atuaram na educação de Inocêncio Pinheiro Canguçu, que teve acesso aos estudos de primeiras letras aos 7 anos com o professor Tomas Jozé da Costa, aprendendo, nesta primeira etapa, leitura, escrita e contas. Posteriormente, aos 15 anos, ingressou nas chamadas Aulas de humanidades com o Padre e professor de Gramática Latina, Ignácio Ferreira da Silva, momento em que teve acesso aos conhecimentos de Latim, concluindo, então, o período dos Estudos Menores, conforme Stephanou e Bastos (2005, p. 182).

Fonte: Produzido pelos autores.

Baseando-se na leitura do manuscrito do Brejo, em consultas bibliográficas e documentais, foi possível, mesmo existindo algumas lacunas, constituir um perfil dos *scriptores*. Os quadros 4 e 5 apresentam um microcosmo do perfil de Antônio Pinheiro Pinto e de seu filho, Inocêncio Pinheiro/Canguçu.

Quadro 4 – Ficha biográfica do *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto

DADOS PESSOAIS	
Nome completo: Antônio Pinheiro Pinto	
Filiação: Não localizamos informações.	
Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.	
Naturalidade: Radicado em Caetité/BA	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: Não localizamos informações.	Data de falecimento: Novembro de 1822
Idade (quando da escrita do documento): Não se pode definir, pois não localizamos a data de nascimento.	
Estado civil: Casado com Bibiana Maria de Jesus	
Instituição de ensino: Não localizamos informações.	
Grau de instrução: Não há informações específicas, mas sabe-se que recebeu a instrução elementar da época: ler, escrever, contar e rudimentos de religião e latim. Sobre a esposa também não se sabe o grau de instrução.	
Profissão por formação: Não localizamos informações.	
Principais atividades: Capitão de Milícia da CavalVária de Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas/BA; Fazendeiro (criador e agricultor) e Comerciante.	
Observações: Há referências a quatro irmãos: Joaquim Pinheiro Pinto (casado com Antonia Maria de Jesus); José Pinheiro Pinto (casado com Ana Francisca da Silva), genros de Miguel Lourenço de Almeida; Francisco e Silvério.	

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelo autor a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

Quadro 5 – Ficha biográfica do *scriptor* Inocêncio José Pinheiro Canguçu

DADOS PESSOAIS	
Nome completo: Inocêncio José Pinheiro Canguçu	
Filiação: Antônio Pinheiro e Bibiana Maria de Jesus	
Avós paternos: Não localizamos informações	
Avós maternos: Miguel Lourenço de Almeida e Ana Francisca da Silva	
Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: Ano de 1795	Data de falecimento: setembro de 1861
Idade (quando da escrita do documento): entre 27 e 34 anos	
Estado civil: Casado com Prudência Rosa de Santa Edewirges, falecida em 1848.	
Grau de instrução: Teve acesso ao aprendizado da leitura, escrita, fazer conta e rudimentos de religião e latim.	
Instituição de ensino: Alfabetização com o Mestre Tomás José da Costa/ Aulas com o Padre Ignácio Ferreira da Silva.	
Profissão por formação: Não localizamos informações.	
Principais atividades: Fazendeiro; Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas/BA e Vereador de Caetitê/BA.	

Fonte: Elaborado por Santos (2019) e pelos autores a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3 BREVE OLHAR PARA A HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA

A história da ortografia da língua portuguesa geralmente é dividida em três momentos, conforme o quadro 6.

Quadro 6 - Períodos da história da ortografia portuguesa

Períodos	Duração	Características
Fonético	Século XII até o século XVI.	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza-se pela preocupação de escrever as palavras em harmonia com sua pronúncia, não havia sistematização.
Etimológico	Século XVI até o início do XX.	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza-se pela preocupação com a etimologia, com a origem das palavras; • Acentuavam-se a falta de uniformidade na grafia e o desacordo entre a língua falada e a escrita – cada escritor tinha suas ideias e sua maneira de ortografar. Assim, a grafia das palavras complicava-se e multiplicava-se.
		<ul style="list-style-type: none"> • Marcado pelo desejo de normatizar e simplificar a grafia das palavras, e de aproximar as normas ortográficas de Brasil e Portugal e, mais recentemente, de todos

Histórico-científico	1911 com a reforma ortográfica em Portugal.	os países de língua portuguesa; <ul style="list-style-type: none"> • Período das reformas e dos acordos ortográficos; • Busca orientar-se pela pronúncia, assim como o sistema fonético, mas leva em conta também a etimologia;
-----------------------------	---	--

Fonte: Produzido pelo autor a partir de Silva (2009 p. 58-59)

A análise das informações presentes no quadro 1 revela, aparentemente, que as etapas sobre a história da ortografia da língua portuguesa aconteceram de forma organizada e definida. Pelo contrário, essa divisão é uma tentativa de sistematizar as diferentes perspectivas que permearam a temática ao longo do tempo, considerando, para cada período, a característica mais determinante. No caso do período fonético, buscava-se uma escrita que representasse a oralidade; já no etimológico, o foco estava na origem das palavras, que, em muitos casos, acabou gerando grafias em desacordo com a etimologia, por isso ficou conhecido como pseudoetimológico. No período histórico-científico, conhecido por período simplificado, começam a surgir os acordos ortográficos com o objetivo de normatizar e simplificar a grafia, considerando, para tanto, aspectos dos dois períodos anteriores.

É importante constatar que, nesta divisão da história da ortografia portuguesa, o início de uma nova fase não encerrava a grafia oriunda da anterior. Na verdade, as características gráficas de um momento coexistiam nos outros, basta observarmos o marco temporal de cada um momento para constatar isso, por exemplo, o período fonético vai até o século XVI, quando também temos o início do período etimológico.

O *Livro de Razão* do Campo Seco contém registros do final do século XVIII até meados do terceiro quartel do século XIX, logo a produção gráfica de Pinheiro Pinto e Pinheiro Canguçu estaria localizada no período etimológico. Seria ingenuidade considerar esta conclusão, sem levarmos em conta uma análise um pouco mais apurada dos materiais que funcionavam como modelos normatizadores em um século cujos autores tinham preferências gráficas tão divergentes.

As gramáticas, que estão presentes como material de ensino da língua portuguesa desde o século XVI com Fernão de Oliveira, possuem esse caráter normatizador. No século XIX, não foi diferente, Franco (2004, p. 92) afirma que no período entre 1800 e 1807, a gramática de Reis Lobato continuava sendo usada no Brasil, como consequência da imposição do rei de Portugal, D. José I, mais propriamente em função da política pombalina. Sobre a questão da ortografia, o próprio Lobato assim se posiciona na introdução:

Advertindo porém que em matérias de ortografia se me apartar das regras, que alguns seguem, ninguém repute isto por erro por serem nesta matéria tantas opiniões quanto os Escritores. Com justa razão julguei que devia seguir a Ortografia, que vejo usada pela Corte, reservando para o tratado desta, que brevemente darei ao público o dizer o que sinto nesta matéria. (LOBATO, 1770, p. xxii)

A observação de Reis Lobato em uma gramática, representativa da reforma pombalina nos estudos menores, que foi usada no Brasil, por um bom período do século XIX, enfatizando que seguirá a ortografia usada na Corte revela a existência de diferentes modelos normativos vigorando tanto em Portugal como no Brasil. Assim, havia a norma prescrita pelas gramáticas, manuais e dicionários e a norma usada pelos escritores e periódicos de prestígio da época. Em sua tese de doutorado, Lima (2014, p. 32-33), ao estudar a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas, apresenta a descrição da ortografia portuguesa, considerando como recorte temporal a década de 70, tanto no Brasil como em Portugal. Para tanto, o autor analisou os conteúdos gráfico-normativos de cinco gramáticas de autores brasileiros da segunda metade do século XIX e o periódico *Gazeta de Notícias* (1877-1878), para uma caracterização do que ele denominou de norma subjetiva (prescrita pelas gramáticas) e norma objetiva (os conteúdos gráficos que circulavam nos periódicos e nos textos de escritores renomados da época).

O quadro a seguir, elaborado a partir de Lima (2014), sintetiza a visão de autores brasileiros a respeito da norma ortográfica subjetiva, no século XIX.

Quadro 7 – A norma ortográfica subjetiva na visão de três autores brasileiros do século XIX

Autores	Visão a respeito da norma ortográfica subjetiva – século XIX.
Francisco Sotero dos Reis (1877)	Reconhece a existência de três sistemas ortográficos: fonético, etimológico e misto, mas prefere o sistema misto . Assim é possível utilizar uma representação etimológica que se aproxime da pronúncia praticada.
Silva Jr. e Andrade (1877)	Para os autores, seguir apenas o sistema fonético impossibilita a existência de uma ortografia, pois a pronúncia está sujeita a variação diafásica, diatópica e de estilo. Por outro lado, o uso simplesmente adotando o sistema etimológico resulta em um número significativo de homônimos e de enganos de origem. Por isso, optam pelo que é usual, ou seja, pelo sistema misto , que tenta dosar os dois sistemas anteriores.
Julio Ribeiro (1881)	Prefere o uso etimológico, mas combate uso sem que haja fundamento. A variação gráfica é a evidência da coexistência de normas , mas ao mesmo tempo revela a preocupação em resolver os problemas gráficos.
João Ribeiro (1888 e 1894)	Seu testemunho sobre os sistemas ortográficos explicita a falta de base segura. Em relação à ortografia fonética, a variação da pronúncia torna impraticável uma ortografia. Quanto à ortografia

	etimológica, a evolução das formas dos vocábulos e a obscuridade e o desconhecimento da origem dos vocábulos criam formas variantes que apesar de serem decisões gráficas etimológicas não possuem fundamento. Já a ortografia mista , por não dispor de limite preciso da colaboração de cada sistema anterior, também expõe abertura à variação.
Alfredo Gomes (1897)	Será a consciência da existência de outros modelos gráficos que se constituirá a abordagem do autor. Reconhece a existência de 3 sistemas (phonetica, etymologica e usual). Também por preferir o sistema usual que é a relação dos sistemas fonético e etimológico.

Fonte: Elaborado a partir de Lima (2014, p.160, 179, 202, 218, 236)

A análise do quadro 2 indica que, mesmo com a diferença temporal entre as gramáticas analisadas, há um consenso entre a maioria dos autores pela utilização do sistema usual, isto é, misto. Lima (2014, p. 510), em sua conclusão acerca da norma subjetiva, explica que a utilização do referido sistema é a “consequência da inexistência de regras fixas”.

Tal constatação, obtida a partir de estudos das três últimas décadas dos oitocentos, não é exclusividade do período, mas uma continuidade do que acontecia, na primeira metade do século XIX e em séculos anteriores. Em estudo sobre a variação gráfica em documentos do século XVII, Ximenes e Santiago-Almeida (2017, p. 505) relatam que havia uma suposta liberdade de registro ao gosto do escrevente. Segundo os autores, a maneira de grafar as palavras, considerando os aspectos fonético ou etimológico, era uma prática “comum independentemente do grau de instrução de quem escrevia até, pelo menos, no início do século XX.” A respeito dessa pluriortografia, Barbosa (2008, p. 196), em sua reflexão sobre as fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil do século XVIII, é categórico ao afirmar que:

Grafar coração ou curaço, semelhante ou semelhante não estava vinculado ao grau de erudição. Tudo isso era normal aos olhos de redatores que não viviam, como nós, sob ortografia única. Assim, portanto, um redator do Setecentos considerado culto, no Brasil e em Portugal, varia conforme variam os textos impressos e manuscritos que serviam de referência de escrita culta em sua época. Barbosa (BARBOSA, 2008, p.196)

Para além das gramáticas como exemplos de textos-modelares, Barbosa (2008), apesar de tratar do século XVIII, oferece ao pesquisador uma metodologia que permite uma comparação entre textos impressos e manuscritos que serviam de referência de escrita em determinada época. Essa perspectiva foi aplicada por Lima (2014, p. 385) ao verificar, no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, na segunda metade do século XIX, a partir do princípio etimológico, como essa norma gráfica estava empregada nos textos-modelares do período.

Seguindo, com os devidos ajustes o modelo aplicado por Barbosa (1999) e Lima (2014), faremos uma descrição referente à produção gráfica de Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu, especificamente a produtividade dos fonemas /s/, /z/ e /ʃ/, confrontando os exemplos dos grafismos não pronunciados, colhidos de seus textos com dados de textos-modelares que circularam no Brasil na época em estudo. Miguel Joaquim de Castro Mirante, embora apareça como um dos scriptores do manuscrito do Campo Seco, não terá sua produção gráfica analisada, pois não oferece dados suficientes para os fonemas analisados.

Adotamos, como textos-modelares aqui, três periódicos, três dicionários e o conjunto de cartas escritas por remetentes cultos. Realizado esse processo, verificaremos se os dados do Campo Seco refletem a realidade gráfica das referências metalinguísticas confrontadas e dos resultados de Lima (2014) em relação às gramáticas analisadas.

4 REFERÊNCIAS METALINGUÍSTICAS PARA O ESTUDO DESCRITIVO DA VARIAÇÃO GRAFEMÁTICA DO LIVRO DE RAZÃO

Neste item, apresentamos as fontes metalinguísticas utilizadas como parâmetro para estabelecer uma comparação com a amostra da variação grafemática colhida no *Livro de Razão*. Trata-se de três jornais do século XIX, três dicionários e um conjunto de cartas de quatro redatores ilustres, sendo três baianos e um do Rio de Janeiro, também do século XIX.

Os jornais escolhidos estão identificados a seguir:

Figura 1– Jornal Gazeta do Rio de Janeiro



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pagfis=7500>

Figura 2– Jornal Idade D’Ouro do Brasil



Figura 3– Jornal O Patriota



Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pagfis=1>

O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, segundo informações do site da Biblioteca Nacional Digital, foi lançado em 10 de setembro de 1808, sendo o órgão oficial do governo português, enquanto D. João VI permaneceu no Brasil. Circulava duas vezes na semana, dias de quarta e sábado. Inicialmente, foi editado pelo frei Tibúrcio José da Rocha e, posteriormente, pelo jornalista Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Ainda de acordo com o site, o *Gazeta do Rio de Janeiro* é o segundo jornal da história da imprensa brasileira e o primeiro a ser redigido e publicado totalmente no Brasil pela Imprensa Régia.

O periódico *Idade D’Ouro do Brasil*, também conhecido como *Gazeta da Bahia*, conforme Oliveira (1999), era um jornal composto por quatro páginas que circulava duas vezes na semana, às terças e sextas. Era impresso na Província da Bahia, entre maio de 1811 e junho de 1823. Tratava-se de um periódico com uma linha editorial conservadora, implantado por Manuel Antônio de Castro, que funcionava como uma espécie de diário oficial da época, divulgando e defendendo os interesses da Coroa portuguesa no Brasil, conforme informações do site da Biblioteca Nacional Digital.

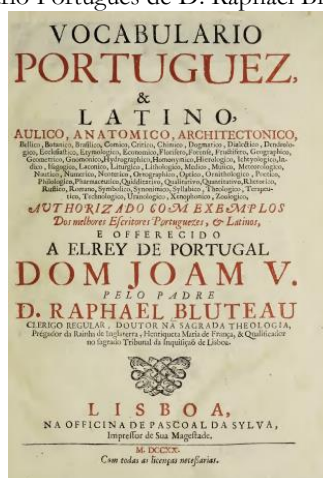
Sobre o jornal *O Patriota*, Freitas (2006, p. 58) relata que era impresso pela Imprensa Régia mensalmente em 1813, e bimensal em 1814, quando foi extinto, com um total de 18 edições, abordando temas variados como, por exemplo, mineralogia, química,

literatura etc. Ainda de acordo com o referido autor, *O Patriota* foi fundado e dirigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), na época redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Registre-se ainda que, assim como o fundador, os colaboradores do periódico foram importantes estudiosos brasileiros “todos formados fora do país, e a maioria na Universidade de Coimbra” (FREITAS, 2006, p. 58).

Esses três periódicos foram escolhidos, pois possuem uma quantidade razoável de publicações, além de divulgarem informações de cunho oficial e do fazer científico no Brasil. Acreditamos que as representações gráficas identificadas neles são exemplos da norma ortográfica subjetiva que circulou no Brasil durante o século XIX.

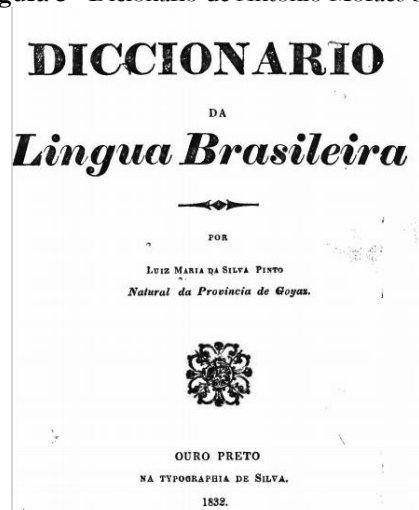
Sobre os dicionários, escolhemos os três indicados a seguir.

Figura 4–Vocabulário Português de D. Raphael Bluteau – Século XVIII



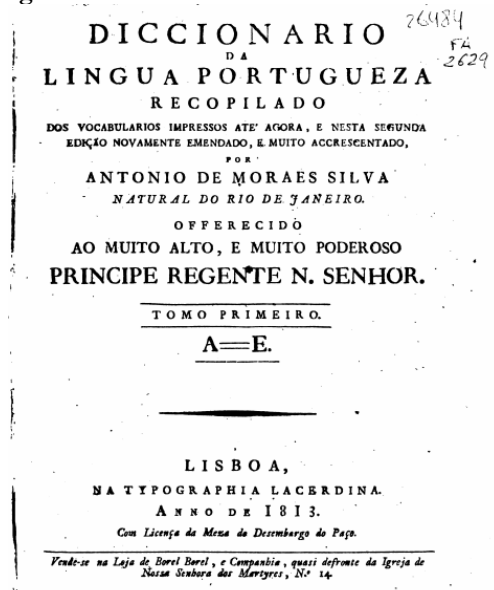
Fonte: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>

Figura 5– Dicionário de Antonio Moraes Silva



Fonte: www.google.com.br/books/edition

Figura 6– Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>

A opção por utilizar esses dicionários se justifica pelo fato de apresentarem registros do léxico de períodos distintos, nos séculos XVIII e XIX, sob a perspectiva lexicográfica de brasileiros e europeu. Além disso, a observação dos verbetes poderá indicar se a norma empregada nos assentamentos de Antônio Pinheiro e Inocência estava em consenso com os manuais didáticos da época.

Da tese de Zenaide Carneiro de Oliveira Novais, escolhemos as cartas escritas por José da Silva Liboa, - JSB o Visconde de Cairu; Luiz Paulo Araujo Basto - LPAB, Visconde de Fiais; João Mauricio Wanderley - JMW, Barão de Cotegipe e Antonio Pinheiro Canguçu - APC, neto de Inocência Pinheiro Canguçu, o 3º senhor do Campo Seco. O quadro 8 a seguir caracteriza brevemente o perfil desses indivíduos – dados biográficos: nome, data e local de nascimento; a quantidade de cartas analisadas e o período compreendido.

Quadro 8 – Perfil dos redatores letrados e ilustres

Dados biográficos	Escolarização	Ocupações	Nº cartas analisadas	Período das cartas
José da Silva Liboa Lisboa 16/07/1756 Salvador	Bacharel em Leis e Direito Canônico e em Matemática. Universidade de Coimbra	Senador do Império pela Bahia, Desembargador. Jornalista, Escritor, Professor etc.	05	1809,1810,1812
	Doutor em Direito Canônico	Juiz de Órfãos. Auditor de Guerra,		

Luiz Paulo Araujo Basto 30/01/1797 Rio de Janeiro	- Universidade de Coimbra	Corregedor da Câmara, Presidente da província da Bahia	03	1825, 1828
João Mauricio Wanderley 23/10/1815 Vila de São Francisco das Chagas, BA.	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Academia de Direito de Olinda, PE	Magistrado. Desembargador. Deputado Presidente da província da Bahia, Ministro da Fazenda (1853), da Marinha (1868),	05	1877
Antonio Pinheiro Cangucu 04/06/1854 Bahia	Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas - Escola Politécnica de Salvador.	Trabalhou na empresa de Ferrovia Leste Brasileira (2), no Rio de Janeiro onde foi morar depois de formado.	01	1890

Fonte: Produzido pelo autor a partir da leitura de Carneiro (2005) e Santos Filho (2012)

A escolha de cartas escritas por esses quatro homens letrados justifica-se pelo fato de todos serem brasileiros, terem a escolarização comprovada e ocuparem cargos que, de certa forma, mobilizaram uma prática de escrita constante. Há de se observar ainda que os remetentes escolhidos são naturais da Bahia e o do Rio de Janeiro, mesmos locais dos periódicos adotados, e a produção das cartas ocorreram em diferentes momentos, isto é, durante o período de circulação e após extinção dos jornais.

O critério utilizado para colher as palavras nos periódicos e nas cartas dos ilustres foi o seguinte: inicialmente, pesquisamos as palavras retiradas do *Livro de Razão*, quando não identificadas, buscamos vocábulos cujos contextos exigiram a flutuação gráfica para a representação do fonema. Para os dicionários, consideramos apenas os vocábulos colhidos do *Livro de Razão*.

Analisamos os fonemas /z/, /s/ e /ʃ/, pois eles foram representados no corpus por diferentes formas, o que nos possibilitou descrever um número maior de oscilações gráficas.


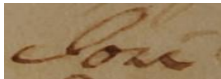
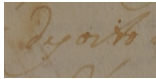

5 DOS SENHORES DO CAMPO SECO: A DESCRIÇÃO GRAFEMÁTICA

Descrevemos e comparamos a seguir a produção gráfica de Antonio Pinheiro Pinto e de Inocêncio José Pinheiro Pinto, confrontando os dados colhidos dos referidos scriptores com as referências metalinguísticas consultadas.

5.1. Grafias para o fonema /z/

A grafia do fonema /z/ no corpus apresenta-se com flutuações, como acontece ainda hoje nos exemplos de escrita de alunos do ensino fundamental. Da lavra de Antônio Pinheiro Pinto, doravante APP, extraímos a seguinte amostra.

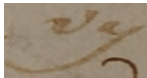

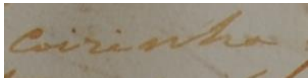
Quadro 9 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /z/.

<s>	<z>
 Jui<s> [p.6, L.3]	 Jo<z>é [p.4,L.4/ p.5, L.2,11]
 de<s>oito [p.29, L.4/ p.30, L.9]	 Bapti<z>ados [p.6, L.5]

Fonte: Produzido pelo autor

A amostra extraída da lavra de Inocêncio José Pinheiro Pinto, doravante IJPP, embora seja menor, em virtude da pouca produção gráfica dele, também indica a intercambialidade no uso dos grafemas <s> e <z> para representar o fonema /z/, conforme os exemplos a seguir.

Quadro 10 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /z/.

<s>	<z>
 ve<s> [p.131r, L.4]	 ca<z>a [f.131r, L.1]
	 coi<z>inha [f.132v, L.2]

Fonte: Produzido pelo autor

Nos periódicos do século XIX analisados, pesquisamos palavras semelhantes às encontradas no Livro de Razão ou equivalentes ao contexto em que o fonema /z/ possibilitasse a variação gráfica <s> e <z>. Colhemos as seguintes informações presentes no quadro abaixo.

Quadro 11 – Representação para grafias do fonema /z/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA-JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
Ca<s>o	x	x	x

Ca<z>o	x	x	x
Ca<z>a	x	x	
Ca<s>as	x	x	x
Jo<s>é	x	x	x
Jo<z>é	x		x
Atravé<s>	x	x	x
Atravé<z>	x	x	x

Fonte: Produzido pelo autor

Fica nítido, no quadro, que os periódicos materializam o uso da pluriortografia no século XIX e, possivelmente, funcionaram como uma “caixa de ressonância” dessas diferentes normas que circularam no país.

Os exemplos extraídos das cartas dos ilustres baianos, para o caso da variação grafemática <s> e <z> também indicam a presença da pluriortografia entre os letrados da época. As palavras foram colhidas nas missivas obedecendo ao mesmo princípio utilizado nos periódicos e comparadas com exemplos oriundos dos punhos dos senhores do Campo Seco. Os dados estão apresentados no quadro 12.

Quadro 12 – Comparando os dados: a grafia do fonema /z/ em cartas de letrados brasileiros- Século XIX

APP	IJPP	JSL	LPAB	JMW	APC
de<s>oito	coi<z>inha	po<s>a	France<z>	Feli<s>mente	fa<s>endo
Bapti<z>ados	ca<z>a	affectuo<z>o	u<z>o		go<s>ado
ca<z>a	ve<s>				
Ro<z>a	Jo<z>é				
Jui<s>					

Fonte: Produzido pelos autores

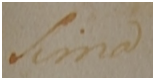
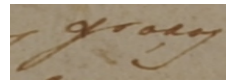
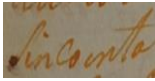
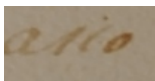
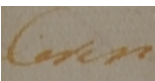
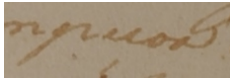
As duas primeiras colunas são alguns exemplos colhidos do *Livro de Razão*, enquanto, nas colunas seguintes, temos dados extraídos das missivas dos letrados, pessoas com nível superior e atuantes em cargos importantes, como José Wanderley, o Barão de Cotegipe. A amostra, ainda que muito restrita, revela que, assim como ocorrem nos periódicos, a variação <s> e <z> fazia parte do universo daqueles que tiveram acesso ao ensino superior. Embora exista a flutuação, tanto na escrita dos senhores do Campo Seco como na escrita dos ilustres letrados, notamos um predomínio do emprego do grafema <z> na maioria das palavras identificadas, fato que comprova uma tendência iniciada ainda no século XVIII em posição intervocálica, conforme Toniolo (2007, p. 106).

5.2 Grafias para o fonema /s/

A respeito do fonema /s/, lembra Aguilera (1997, p. 36) que, na escrita, pode ser representado por nove grafemas e/ou dígrafo. No corpus analisado, identificamos, do

punho de Antônio Pinheiro, os grafemas <s>, <ss>, <c> e <ç>, como podemos observar na amostra presente no quadro a seguir.


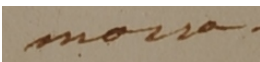
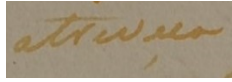
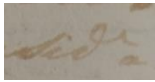
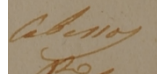
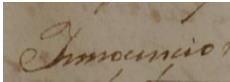
Quadro 13 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /s/.

<s>	<ss>	<c>	<ç>
 <S>ima p.18, L.2/ p.103, L.3]	 pe<ss>a [p.7, L.4]	 <C>eca [p.53, L.5]	 gro<ç>os [p.73, L.25]
 <S>inocenta [p.116, L.15]	 a<ss>o [p.31, L.18]	 <C>erenar [f.124v, L.6]	 pe<ç>oa [p.121, L.10]

Fonte: Produzido pelo autor

Localizamos, da lavra de Inocêncio José Pinheiro Pinto, exemplos dos grafemas <s>, <ss> e <ç> para indicar o fonema /s/. No quadro 14 constam os exemplos colhidos.

Quadro 14 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /s/.

<s>	<ss>	<ç>
 <S>em [f.130v, L.5,12]	 mo<ss>a [f.131r, L.13]	 atreve<ç>a [f.186v, L.22]
 <s>idade [p.130v, L.5]	 cabe<ss>as [f.132r, L.6]	 Inno<ç>en<ç>io [f.130r, L.2]

Fonte: Produzido pelo autor

A observação da representação grafemática do fonema /s/ nos periódicos possibilitou a identificação dos exemplos especificados no quadro 15 a seguir.

Quadro 15 – Representação para grafias do fonema /s/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO – 1808-1822	O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
ro<ss>a	x		x
ro<ç>a	x		x

a<ss>o	x		x
a<ç>o	x		x
gro<ç>os	x		x
gro<ss>os	x		x

Fonte: Produzido pelos autores

A análise empreendida nos periódicos do século XIX mostrou, para a representação do fonema /s/, a mesma variação gráfica encontrada nos punhos dos senhores do Campo Seco. Apesar de as palavras selecionadas aparecerem com menos ocorrências no jornal *O patriota*, não podemos afirmar que a variação <ç> não ocorria neste periódico, apenas não identificamos tal ocorrência nos contextos analisados. A situação de uso desses grafemas foi identificada assim, na escrita dos remetentes ilustres do século XIX:

Quadro 16 – Comparando os dados: a grafia do fonema /s/ em cartas de letrados brasileiros- Século XIX

APP	IPC	JSL	LPAB	JMW	APC
pe<ç>ao <S>erto <C>eca con <c>erto nove<s>entos a<ss>o	<S>em <s>idade atreve<ç>a mo<ss>a	lan<s>ar preten<ç>ão extor<ç>ão	so<c>ego	<c>errar con<c>ertos	Sem ocorrências

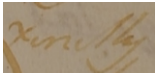
Fonte: Produzido pelo autor

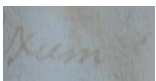
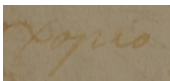
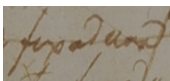
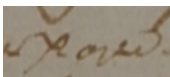
Nas duas primeiras colunas, há exemplos dos punhos de Antônio Pinheiro e Inocêncio. Nas outras, com exceção de Antonio Pinheiro Canguçu, neto de Inocêncio, há uma amostra das ocorrências identificadas nas cartas dos remetentes ilustres. Embora não represente um conjunto de dados exaustivos, a amostra presente nas cartas revela a circulação de três variações para a representação do fonema /s/ entre os ilustres com nível superior e essas mesmas variações são encontradas no *Livro de Razão*, na escrita dos dois senhores.

5.3 Grafias para o fonema /ʃ/

No *Livro de Razão* do Campo Seco, há dois grafemas para representar o fonema /ʃ/. Trata-se do <x> e do dígrafo <ch>. No entanto, há, nas ocorrências exemplificadas no quadro 12, que indicam, na produção de Pinheiro Pinto, um predomínio absoluto do grafema <x> conforme os dados do quadro 17.

Quadro 17 – Representação grafemática do punho de APP para o fonema /ʃ/

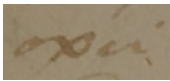

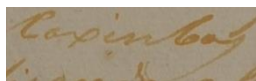
		Localização
	<x>inellos	[p.63, L.11,15/ p. 86, L.12]

	<x>umbo	[p.111, L.29]
	<x>apéo	[p.32, L.14/ p.33, L.7/ p.43, L.11]
	fe<x>adura	[p.63, L.30/ p.84, L.10/ f.126v,, L.12]
	<x>ave	[p.63, L.31/ p.100, L.26]

Fonte: Produzido pelo autor

Semelhante ao pai, na produção gráfica de Inocêncio José Pinheiro Pinto, só localizamos o grafema <x> representando o fonema /f/, como mostram os dados no Quadro 18.

Quadro 18 – Representação grafemática do punho de IJPP para o fonema /f/

		Localização
	a<x>ei	[f.132v, L.2]
	a<x>o	[f.130v, L.2]
	ca<x>inbas	[f.186v, L.23]

Fonte: Produzido pelo autor

Nos jornais analisados, quadro 19, encontramos dois grafemas representando o fonema /f/: o dígrafo <ch> e o <x>, porém, diferente do que aparece no *Livro de Razão*, há o predomínio do emprego do <ch>

Quadro 19 – Representação para grafias do fonema /f/ em periódicos do século XIX.

EXEMPLOS	JORNAL DO RIO – 1808-1822	GAZETA O PATRIOTA- JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA -1811-1823
Ro<x>a	x		x
Ro<ch>a	x	x	
<ch>apeo	x	x	x
a<ch>ar	x	x	x
abai<x>o	x	x	x

Fonte: Produzido pelos autores

Nas cartas dos ilustres, a representação do fonema /ʃ/ não foi minimamente produtiva. Localizamos, do punho do Barão de Cotegipe, apenas o vocábulo *puxando* grafado com o dígrafo <ch>.

À GUIZA DE CONCLUSÃO...

Neste artigo, realizamos uma descrição grafemática dos dados referentes aos fonemas corpus (/z/, /s/ e /ʃ/), oriundos do Livro de Razão, e confrontamos os resultados encontrados no *corpus* com as evidências metalinguísticas da época.

Da análise feita, concluímos que Antônio Pinheiro e Inocêncio Pinheiro espelhavam em seus textos marcas das convenções de escrita que estavam presentes na ortografia pendular do período. Além disso, mostramos, na prática, como foi realizado o estudo empreendido, servindo de modelo para trabalhos posteriores, com os ajustes necessários, respeitando as particularidades de cada manuscrito e da sincronia sob análise.

Em relação à representação dos fonemas analisados, comprovamos a hipótese defendida por Barbosa (1999) da existência de uma ortografia pendular, no interior da Bahia oitocentista, o que desconstrói a ideia de erro ortográfico, defendida por Santos Filhos (2012) ao se debruçar sobre a documentação produzida pelos senhores do Campo Seco.

Ratificamos que a experiência metodológica aplicada ao manuscrito da Bahia rural oitocentista pautou-se numa perspectiva indiciária em virtude de haver apenas dois scriptores, criando outro viés de pesquisa no campo dos estudos linguísticos-filológicos para *corpora* cuja representatividade dos autores materiais seja pequena. Esse tipo de trabalho serve como pistas para análises mais amplas.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Aspectos fonético-fonológicos e sistema ortográfico da língua portuguesa: interferências no binômio ensino-aprendizagem da escrita. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org). *Diversidade fonética no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1997.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII*. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 181-211, 2008. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/>

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. 4 v. 2.329 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

FRANCO, Maria Ignez Salgado de Mello. Primeira metade do século XIX: em busca da identidade nacional: Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca. In BASTOS, Neusa Barbosa;

PALMA, Dieli Versaro. *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o Ensino da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

FREITAS, M. H. A. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ciência da Informação*, v. 35, p. 54-66, 2006.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – 1808-1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pagfis=1>. Acesso em: mar. 2021.

IDADE D'Ouro do Brasil. Salvador – 1811-1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749940&pagfis=1>. Acesso em: mar. 2021.

LIMA, Alexandre Xavier. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. 2014. 525f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MORAES SILVA, A. *Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.

O PATRIOTA: Jornal literário, político, mercantil. Rio de Janeiro – 1813-1814. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700177&pagfis=1>. Acesso em: mar. 2021.

SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. Feira de Santana: Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

SANTOS, Jorge Viana; BRITO, Giovane Santos. *Fotografia técnica de documentos para a formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc*. Letras & Letras, v. 30, n. 2, p. 421, 30 jul./dez. 2014.

SILVA PINTO, L. M. da. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em:
<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.

SILVA, Ana Paula Araújo. Breve história da ortografia portuguesa: períodos, reformas e acordos. *Revista de Villegagnon*, p. 58-62, 2009.

SILVA, Adilson. *O Sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista*. 2021. 2 v. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2.

XIMENES, E. E. ; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Variações gráficas em um documento do século XVII. *Revista da Abralín*, v. 16, p. 503-520, 2017.